



Anais da Assembléia

Nº 24

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 05 DE ABRIL DE 1978.

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 22ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 05 DE ABRIL DE 1978

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Jorge Sato e Jayme Rodrigues Carvalho.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Groato, Quielise Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Adalberto Daros, Accioly Neto, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (53); achando-se ausente o Sr. Deputado Aragão de Mattos Leão (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, requer após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Jornal "O JORNAL DE MARINGÁ", consubstanciado em VOTO DE LOUVOR pelos reais serviços de utilidade pública que o referido órgão de comunicação tem prestado ao Paraná durante os vinte e cinco anos de circulação ininterrupta, completados com a edição de hoje.

Instalado na cidade de Maringá, para servir a mais exuberante região do Estado, o "O Jornal de Maringá" foi fundado exatamente no dia 06 de abril de 1953, pelo jornalista Ivens Lagoano Pacheco, homem cheio de amor, vocacionado para as grandes peleias. Hoje, dirigido pelos empresários e jornalistas Oswaldo Lima e Verdelírio Barbosa, "O Jornal de Maringá" continua sempre melhor na sua trajetória de bem servir com decência e muito civismo.

Merece o pioneiro da imprensa maringaense, a reverência desta Casa, dirigida aos seus diretores e funcionários, no dia do jubileu de prata de honestos e suados serviços.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1978.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, requer após ouvido o Plenário, o envio de ofício à Socie-

dade Thalia, de Curitiba, consubstanciado em voto de congratulações, pela posse do novo Conselho Diretor, cujo Presidente é o Doutor EOLO SCHUARTZ, conceituado odontólogo desta Capital.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1978.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

Após dezoito anos, dirigida pelo ex-Presidente José Vieira Sibut, a Sociedade Thalia passa a ter novo Conselho Diretor.

Pela grandiosidade que representa, o Thalia é credor das congratulações desta Casa, augurando a mesma trajetória de extraordinários serviços clubísticos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, requer após ouvido o Plenário, transcrição em Ata, para que conste dos Anais desta Casa, de voto de congratulações ao "Jornal de Telêmaco Borba" pela passagem de seu primeiro ano de atividades ininterruptas.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1978.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

A imprensa do nosso Estado, está mais uma vez, de parabéns. Não só pelo fato de vir cumprindo com o seu maravilhoso mister de bem informar e comunicar com presteza os acontecimentos, tenham eles ocorridos no próprio local ou alhures.

Apraz-nos sobremaneira, nesta oportunidade, registrar o transcurso do primeiro aniversário do "Jornal de Telêmaco Borba", integrante da chamada "Imprensa Nanica", porém, que integra também, como célula importante, o gigantesco complexo de informação do país.

Neste ano primeiro de atividades jornalísticas, o "Jornal de Telêmaco Borba", tem evidenciado como objetivo principal, a manutenção das mais gratas tradições cívicas e regionais do setentrão paranaense.

Nós, particularmente, como repórter que já fomos de um grande jornal, pelas andanças que empreendemos em busca de palpitantes notícias pelo interior do Paraná, e algumas vezes também, pelo "hinterland" do País, conhecemos sobejamente, na sua mais profunda validade, a luta desenvolvida por esta plêiade de jovens idealistas, para a manutenção de um pequeno órgão de comunicação; pequeno apenas no seu tamanho, porém, grandioso na sua magnitude de trabalho e participação na comunidade.

Está de parabéns — pois, não só a imprensa paranaense, como também, a gente telemacoborbense, e aqueles que lá se radicaram, movidos pelas várias razões impostas no desenvolvimento das atividades humanas.

Enaltecido e compensado, deve estar o editor do jornal, o conhecido repórter JOSÉ CARLOS QUARENTEI MERCER, que, ao fundá-lo, outro não era seu escopo, que não aquele de dotar mais um município paranaense e uma região que o circunda, fértil em todos os seus aspectos, de um meio de ligação de idéias, revestido de todas as qualidades essenciais para conquistar em breve espaço de tempo, o respeito e o carinho de todos.

Ao Prefeito Carlos Hugo von Graffen, cabe perfeitamente o título de propulsor deste jornal que ora aniversaria, pelo fato de, desde o princípio de suas atividades ter dispensado efetiva colaboração e mantido em todas as suas edições em primeira página, uma coluna assinada, onde configura um perfeito diálogo com o povo.

Neste diálogo, o Prefeito dá permanentemente satisfação de suas atividades administrativas, bem como da equipe de trabalho, ao povo que lhe confiou os destinos do município. Essa participação ativa do Chefe do Executivo telemacoborbenense, garante uma existência... duradoura, no hoje menino, "Jornal de Telêmaco Borba".

Neste episódio, não pode deixar de receber os nossos cumprimentos, o dinâmico Prefeito Municipal de Telêmaco Borba, o Senhor Carlos Hugo von Graffen, cuja administração vem se destacando com méritos irreversíveis e inegáveis. E estes méritos, os conhecemos, não só pela amizade que nos une, mas, também, graças aos registros feitos pelas colunas do hoje aniversariante, "Jornal de Telêmaco Borba", que semanalmente nos chega às mãos.

Felizes seríamos todos, se encontrássemos sempre, mentalidades arejadas como as que hoje reverenciamos; a do Editor e do Propulsionador do "Jornal de Telêmaco Borba".

Tecer mais comentários sobre o editor, seria repetir o óbvio. Basta —, para merecer o nosso respeito, sabê-lo, como sabemos de todos os que completam esta admirável classe de profissionais, cômico da responsabilidade e imbuído dos melhores propósitos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente requer à douta Comissão Executiva, seja providenciada a construção, em caráter precário, de uma rampa de acesso ou de uma escada, no local onde está sendo construído o prédio novo, na divisa com o Tribunal de Justiça, na rua Marechal Hermes.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Os trabalhos iniciais para a construção do novo prédio, anexo a esta Assembléia Legislativa, obrigou a firma empreiteira, por motivos técnicos, a desmanchar a rampa existente na divisa dos pátios desta Casa com o do Tribunal de Justiça.

Por ali, além de veículos, transitavam funcionários e pessoas que se dirigiam ao Palácio da Justiça. Com sua obstrução, a saída de veículos pouco será afetada, mas, os pedestres, são obrigados a dar uma grande volta para ter acesso ao prédio do Tribunal.

A construção de uma rampa ou escada, de baixo custo, solucionará o problema até que as obras sejam concluídas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer endosso do Plenário para aprovar envio de correspondência à FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DE CURITIBA, apelando à direção daquele estabelecimento de ensino, no sentido de que preserve o emprego da Professora e Socióloga LIGIA APARECIDA CARDIERI MENDONÇA, não a afastando das aulas, tendo em vista o seu envolvimento nas prisões efetuadas pela Polícia Federal, neste Estado, no último dia 18 de março passado.

Que da decisão, dê-se conhecimento ao Ex.^{mo} Sr. Ministro da Educação e Cultura, bem como ao Conselho Federal de Educação.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1978.

(a) NILSO SQUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Inicialmente, é de prestar-se reconhecida homenagem às autoridades públicas, empresários e patrões, das pessoas presas recentemente no Paraná, pela solidariedade e apoio dispensada às mesmas. Nenhuma represália foi tomada quanto às garantias profissionais daquelas pessoas, todas mantidas em seus empregos,

algumas como funcionários públicos e até a provisão de advogados para patrocínio de suas respectivas defesas.

Efetivamente, ninguém será considerado culpado até sentença judicial neste sentido. Não são raros os casos de pessoas serem envolvidas em inquéritos e até processos, para verem-se finalmente absolvidos. Penas acessórias, como a perda de função ou emprego não podem constituir medidas justas aqueles que, talvez por fatalismo da própria vida, vejam-se involuntariamente envolvidos em processos ou inquéritos de qualquer natureza. A presunção de inocência, mormente em casos como o da Professora LIGIA APARECIDA CARDIERI MENDONÇA, sempre prevalecerá. Além dos argumentos processuais, que possam ser invocados, é sobremaneira difícil a situação em que se encontra a referida Socióloga, pois mãe de duas filhas, com encargos de subsistência às mesmas, e na iminência de vir a perder o único emprego que possui, eis que é Professora contratada pela FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DE CURITIBA, entidade mantida pela FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA ESPÍRITA, está a clamar destes representantes da sociedade paranaense, um apelo formal àquela Faculdade, a fim de que a referida professora seja mantida lecionando aulas de Sociologia do Desenvolvimento e Sociologia Geral do Curso de Serviço Social.

Por outro lado, dar conhecimento ao MEC e ao Conselho Federal de Educação, é resguardar o alto interesse que o assunto desperta, bem como serve para que estejam aquelas autoridades devidamente informadas e possam, dentro do espírito constitucionalista, respaldar a posição assumida pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Curitiba, ao preservar nos seus quadros a professora, que como disse, espera deste Poder um gesto de solidariedade e apoio.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi. (Pausa). Tendo declinado, concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Lázaro Dumont. O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dois assuntos me trazem à tribuna, no dia de hoje. O primeiro deles, queremos tecer considerações ao nosso setor agrícola, do Estado do Paraná. E, para tanto, gostaria de ler dois tópicos que foram publicados pelo jornal "O Estado do Paraná", no dia 29 de março, sob o título "Justiça a quem produz"; e, também, um comentário no "Diário do Paraná", do jornalista Renato Moreira, com o título "Agricultura - uma atividade só para teimosos". (Lê):

"A agricultura paranaense contribuiu de modo, realmente decisivo, em 1977, para reequilibrar a balança comercial brasileira. Graças ao trabalho do homem da lavoura, foi possível afastar as más perspectivas e recompor o quadro promissor do desenvolvimento brasileiro.

Mesmo com altos e baixos na cotação de preços no mercado internacional, nossos principais produtos agrícolas contribuíram para desafogar a situação da balança de pagamentos. Embora as boas condições de comercialização no mercado externo tenham se verificado apenas no primeiro trimestre de 77, o café, sozinho, contribuiu com cerca de 3 bilhões de dólares para reequilibrar nossa balança comercial. Mais dois bilhões de dólares foram carreados com as exportações de soja.

Se um quinto da renda brasileira de exportações é assegurada pelo Paraná, este Estado tem certamente o direito de ser ouvido quando a agricultura sofre o impacto de condições climáticas adversas. A estiagem deste ano veio frustrar brutalmente as expectativas de boas safras. E é neste momento difícil que se impõe dar ao lavrador o amparo de que ele necessita.

Trata-se, sobretudo, de socorrer os pequenos lavradores. Os grandes empreendimentos agrícolas não serão derrotados por uma estiagem, mesmo tão séria quanto a deste ano. Mas centenas

dê milhares de pequenos lavradores precisam de amparo, como condição essencial para persistir em suas atividades produtivas.

É preciso lembrar que cerca de 60% dos sete principais produtos agrícolas paranaenses são provenientes de minifúndios. Mais da metade de nossa produção, em suma, é assegurada graças ao trabalho dos produtores de baixa renda. Produtores que clamam agora, pelo apoio governamental.

Embora contribuam preponderantemente para a riqueza agrícola do Estado e do País, os pequenos lavradores sempre têm sido os últimos a desfrutar dos benefícios e estímulos concedidos pelos poderes públicos. Dos incentivos oficiais pouco tem sobrado para eles, quando sobra.

É verdade que, para piorar o panorama, já pouco animador, estão tardando as medidas necessárias para injetar um pouco de esperança no homem da lavoura. As medidas tardam tanto para o grande produtor, quanto para o médio e o pequeno.

A diferença é que, enquanto os mais poderosos vão se agüentando, apesar do duro revés trazido pela estiagem, os pequenos produtores vão chegando às portas do desespero.

Nem se diga que a súbita escassez de produtos agrícolas tem o seu lado positivo, com a valorização dos preços. É pura ilusão supor que a nova correlação entre oferta e procura esteja beneficiando os lavradores como um todo. Beneficia, sim, aqueles raros que têm condições de reter o produto e comercializá-lo no momento mais propício.

O pequeno produtor, ao contrário, sempre tem sido uma vítima das más condições de comercialização, sobre as quais ele não exerce controle algum.

Se nessas alturas alguém está tirando proveito da alta de preços, sobretudo com relação aos produtos destinados ao abastecimento interno, não se trata certamente do produtor.

Atravessadores e especuladores de toda a ordem, proliferam sempre que se configuram situações de escassez. Os consumidores passam a ser explorados, sem que o produtor tenha qualquer benefício, pois a parte do leão é levada por terceiros.

Nessa conjuntura é que se vê como ainda é falha a nossa estrutura de comercialização interna. Nada há que aproxime mais eficientemente os centros de produção e de consumo. Entre o produtor e o consumidor avulta o papel, neste momento crítico, da pernicioso figura do atravessador, sempre querendo se aproveitar da situação e colocando cada vez mais lenha na fogueira da inflação.

É hora de que se defina uma estratégia para corrigir essas distorções e fazer justiça à agricultura paranaense, principalmente aos pequenos produtores."

Por outro lado, temos o comentário do "Diário do Paraná". (Lê): "Agricultura, uma atividade só para os teimosos".

O Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, reunirá com líderes da agropecuária da Região Sul, em Curitiba, no próximo dia 07 de abril, para debater problemas do setor. Estamos em abril. Passou-se um mês do prazo fatal para que o agricultor paranaense plante o trigo; passaram-se três meses desde o conhecimento da grande frustração das safras paranaenses de soja, milho, arroz e café.

O preço mínimo do trigo já foi fixado e asseguram algumas autoridades que não será alterado. O governo continua afirmando que tabelará os preços da soja — para o mercado interno — evitando altas que possam contribuir para aumentar os índices de inflação; os suinocultores estão destruindo os seus plantéis de matrizes, vendendo animais magros, porque não dispõem de milho para atender às necessidades; o contrabando de milho do Paraguai começa a se alastrar por todo o Oeste; os avicultores ainda terão condições de manter seu setor em funcionamento no máximo por 30 dias; a importação de milho que está sendo realizada dos Estados Unidos, a preço simplesmente o dobro mais caro do que o milho que se pode com-

prar no Paraguai, ainda não está decidida. Não se sabe quanto será comprado, nem o preço, nem quando; em função dos problemas das estiaques, a próxima safra de café no Paraná será bastante inferior à previsão e a safra de 1979, será ainda menor, uma vez que as árvores foram danificadas.

Diante deste quadro, considerando a lentidão com que algumas decisões são tomadas, é de prever-se que a visita do Ministro a Curitiba já seja um pouco tarde.

Mas ela é característica do sistema vigente: sempre depois da ocorrência do dano, descobre-se o remédio, quando o problema poderia ser evitado; sempre se deixa para depois dos prazos fatais, a verificação de providências a serem tomadas.

Sem estímulos, sem reservas, sem ter a quem buscar, sem que alguém ouça as suas reivindicações, sem que exista uma solução adequada a curto prazo, os agricultores do Paraná e do Brasil, ainda uma vez mais, são arrastados a dificuldades econômicas de difícil solução. E a solução que pode vir, será tardia. Isto nos faz lembrar aquela frase, já tantas vezes dita e que, bem colocada, tem uma extraordinária atualidade: "O agricultor brasileiro sobrevive e continua agricultor de teimoso".

Eu só acrescentaria aqui, a esta frase, transcrita pelo nobre jornalista, é de que o agricultor vive realmente da agricultura por amor, que ele tem, acima de tudo, ao solo e à terra brasileira.

Por outro lado, os jornais tanto de ontem como de hoje, publicam uma Resolução 369, do Ministério da Fazenda, dizendo que o custeio do trigo será de 60%. 60%, quando os agricultores, depois de muito reivindicarem através de todas as entidades classistas, sejam elas sindicatos, cooperativas; depois de um trabalho realizado tanto no Rio Grande do Sul como no Paraná, os dois Estados hoje é que produzem mais de 50% da produção do trigo nacional, chegaram a uma conclusão de que o trigo, para ter uma possibilidade de lucro para o lavrador, deveria ser na ordem de 293 cruzeiros e 35 centavos, o Governo brasileiro, através do Ministério da Fazenda, fixou o preço para o trigo, de 238 cruzeiros por saca.

O lavrador, o plantador do trigo principalmente, o lavrador do Paraná, depois de uma estiagem, de um revés realmente fantástico nas suas economias, acreditava que se não viesse um reajuste para o trigo, pelo menos, o crédito de custeio do trigo, seria no mínimo na ordem de 70%, quando os próprios lavradores reivindicavam 100% deste custeio. A única forma que se teria para compensar um pouco o lavrador, mesmo que continue o custeio do trigo 60%, teria que se fazer o aumento da produtividade, pois esses 60% é financiado sobre a média de 20 sacos por hectare.

Se aumentasse de pelo menos 25 a 30% a produtividade do trigo por hectare, evidentemente que o lavrador, teria uma contribuição por hectare razoável, e que daria condições a ele, de enfrentar as despesas que ele terá para o plantio e colheita do trigo.

Se de um outro lado, também, não se pudesse fazer uma média de 25 a 30% como alguns consideram elevada em termos gerais, que, pelo menos, através da ACARPA e agora a EMATER, dos técnicos da EMATER nas áreas de produção de trigo, as próprias agências bancárias que fazem o repasse do dinheiro ao produtor, entrassem em contato com esses escritórios, e de acordo com a região, com a produção, se aumentasse então, a produtividade, alcançando quem sabe até 30%.

Desta forma, teríamos assim, que o lavrador, o produtor, realmente tivesse alguma esperança de lucro. Se não, pelo que nós pudemos observar, é de que grandes produtores, grande parte de lavradores, este ano, deixarão de plantar o trigo. Nós já tivemos oportunidade, há questão de um ano ou dois atrás, nesta mesma tribuna, de frisar numa das reivindicações que estávamos fazendo a respeito da produção de trigo nacional, de que o trigo deveria ser tratado como um produto de segurança nacional.

E para grande surpresa nossa, ouvimos ontem, do ex-Ministro da Agricultura, Cirne Lima, ao abrir o Encontro de Produtores de Trigo, no Rio Grande do Sul, pregar esta idéia, de que o governo deveria realmente, tratar e ter o trigo, como um dos problemas de segurança nacional. Não é somente subversão que ameaça a segurança nacional, a fome, principalmente, o pão, realmente, é uma ameaça maior do que qualquer subversão.

E deveria ser enquadrado neste aspecto.

Hoje, o lavrador paranaense, está de uma certa forma desiludido. Depois de amanhã, dia 07, estará em Curitiba, como disse muito bem este jornalista, estará aqui o Ministro da Agricultura depois que, praticamente, se arrazou e se terminou tudo, vindo ouvir a classe produtora. Ele já ouviu a classe produtora, através de manifestos, através das reivindicações, mas, infelizmente, não foi suficiente para que se procurasse dar um ânimo maior, um estímulo maior, ao lavrador do Paraná.

E não é só no setor do trigo, do soja, do milho, de arroz não, todos nós acompanhamos e acredito até com interesse, o movimento realizado no Estado de São Paulo, onde lavradores, produtores de café daquele Estado, estavam organizando um movimento para irem até Brasília, já que não conseguiam sensibilizar o coração dos homens que dirigem a política da cafeicultura do Brasil, como é o caso do Ministério de Indústria e Comércio e do próprio Instituto Brasileiro do Café, de fazer uma marcha a Brasília, para conversarem pessoalmente com o Presidente Geisel.

E até com uma certa satisfação nós estamos vendo hoje no jornal, que esta marcha que deveria ser realizada por centenas e centenas de lavradores, de uma certa forma ela será realizada e realizada de uma maneira talvez que os próprios agricultores não concebesssem. Será uma marcha de três pessoas somente, mas é o Governador do Estado de Minas Gerais, Governador Aureliano Chaves, é o Governador de São Paulo, Paulo Egydio Martins e o Governador do Paraná, Jayme Canet Júnior.

Pelo que nós estamos vendo no noticiário, estes três Governadores levarão estas reivindicações da cafeicultura nacional, ao Presidente Geisel. E terão uma reunião inclusive ministerial, presidida pelo Ministro Golbery do Couto Silva, e esperamos que aquelas reivindicações dos cafeicultores do Brasil, realmente sejam atendidas.

Nós tivemos oportunidade, recentemente, de visitar o interior do Município de Japurá, de Terra Boa, de Araruna e de Cianorte, de conversar com alguns produtores que estão, apesar do desestímulo que a política econômica dá a esses mesmos lavradores, mas a natureza, se foi madrastra em algumas regiões, nesta região realmente vai proporcionar a esses lavradores, uma bela colheita de café. E eles nos diziam: — do que adianta nós aqui podermos agradecer a Deus de não termos tido uma estiagem tão prolongada, e de os nossos pés de café estarem com carga realmente abundante, quando nós não conseguimos vender nem pela metade do preço que nós realmente deveríamos vender o café.

O Sr. Nelson Buffara — V. Exª permite um aparte? (**Assentimento**) — Deputado Lázaro Dumont, no prospecto que V. Exª está fazendo da tribuna, sobre a situação agrícola do nosso Estado do Paraná neste preciso momento, o ilustre Deputado aborda o assunto mais importante do seu discurso, porque ele envolve a sustentação da nossa economia, que é o café.

Inegavelmente reina uma enorme expectativa, uma grande ansiedade, sobre todo o Brasil. Principalmente nos Estados produtores de café.

No êxito que por ventura venham a ter os três Governadores, que hoje à tarde deverão ir a Brasília para reunirem-se amanhã com o Presidente Geisel, que dará uma definição sobre a política cafeeira. Política esta que o próprio Governo Federal tem uma grande responsabilidade, eis que no início do ano passado, em 77, quem dirige a política cafeeira, o

Presidente do IBC, recomendou aos cafeicultores que não vendessem seus cafés na época a dois mil e setecentos, dois mil e oitocentos cruzeiros a saca. Recomendação de quem tinha condições de recomendar, quem tinha condições de sustentar o mercado. Qual não foi a surpresa, sabe bem o ilustre Deputado, que é uma grande autoridade em assuntos agrícolas, que quão danosa foi essa recomendação para o nosso Estado e para o Brasil inteiro. O mercado de café está à bancarrota hoje, Sr. Deputado, firmas proeminentes, firmas de "status" e gabarito, pediram concordata, com bilhões de cruzeiros de prejuízo. Isto tudo em face da nefasta política de café, empreendida pelo Governo Federal. E a nossa confiança, a nossa fé em Deus, e o nosso desejo inquebrantável, é no sentido, Deputado Lázaro Dumont, que o Presidente Geisel deixe sensibilizar-se pela voz, pela palavra do nosso Governador, do Governador de São Paulo e de Minas Gerais, que vão defender a cafeicultura do Paraná, de São Paulo, de Minas Gerais e do Brasil, sob pena de termos dias trágicos, dias imprevisíveis em que se a Nação não sucumbir é porque ela tem outra sustentação, mas a cafeicultura sucumbirá e com ela, a grande divisa que nós temos, fonte de divisa que é o café. E nós fazemos uma prece neste momento, para que esses homens entendam-se, possam afinar-se, possam conscientizar-se, porque não tem outra solução, a não ser a reivindicação apontada por V. Exª.

V. Exª é favorável à marcha, eu também, porque, como diz V. Exª essa massa compacta de dois Governadores que representam seus Estados, tomara chegue ela a uma solução, a um objetivo, a uma solução conciliatória, qual seja, a de preços maiores, mais compensadores aos cafeicultores que não querem ganhar, mas não querem perder também.

O SR. LÁZARO DUMONT — Obrigado, nobre Deputado.

Mas, antes de passar ao segundo assunto, devo dizer que, realmente, grande é a minha expectativa com a vinda de S. Exª o Sr. Ministro da Fazenda ao Paraná, depois de amanhã, porque nós, há questão de vinte e cinco a trinta dias atrás, tivemos oportunidade de fazer, através desta tribuna, severas críticas a S. Exª por não ter se preocupado ainda com o Estado do Paraná. Principalmente porque, durante todo o tempo em que S. Exª está como Ministro, esta é a primeira vez que vem ao nosso Estado. E a minha expectativa é grande, mas que a palavra, desta vez, seja do Ministro e não dos produtores, e não dos lavradores. Porque, os lavradores já falaram através de memoriais, através das cooperativas, através dos sindicatos, através de reivindicações, através de seus líderes. Portanto, os lavradores já falaram. Espero, agora, que o Sr. Ministro fale aos lavradores, mas, fale aquilo que os lavradores falam e querem ouvir.

Que S. Exª traga, apesar de tardia, como está no comentário do jornal, mas que traga soluções, que informe aos lavradores que, por certo, acolherão à Federação da Agricultura para ouvir o que S. Exª tem, de acalentador e estimulante para a agricultura do Estado do Paraná.

Por outro lado, Sr. Presidente, apresentarei um requerimento que, se aprovado por esta Casa, gostaria que fosse encaminhado ao Ministério dos Transportes (**Lê**): "Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, sejam encaminhados expedientes, aos Excelentíssimos: Senhores General DIRCEU DE ARAUJO NOGUEIRA, Ministro dos Transportes, Doutor ADEMAR RIBEIRO DA SILVA, Diretor Geral do D.N.E.R. em Brasília, e, ao Doutor OSIRES STENGHEL GUIMARÃES, Secretário dos Transportes no Estado do Paraná, no sentido de que sejam feitas em regime de prioridade, as duplicações das Rodovias 369, Cambé a Apucarana, e 376, Apucarana a Maringá, bem como os desvios nas cidades de Apucarana, Jandaia do Sul, Mandaguari e Marialva.

Sala das Sessões, em 5 de abril de 1978.

(a) Lázaro Dumont.

JUSTIFICATIVA:

Considerando que em todas as rodovias asfaltadas no Estado do Paraná, durante o ano de 1977, ocorreu um número de mais ou menos quatro mil, cento e trinta acidentes rodoviários, com um número de aproximadamente três mil, quatrocentos e sessenta feridos, e um número também aproximado de mais ou menos quinhentas e setenta e cinco mortes, as Rodovias BRs 369 e 376 de Cambé a Maringá, com uma extensão de mais ou menos cento e dez quilômetros, registrou no mesmo ano uma média de quatrocentos e noventa e três acidentes, com duzentos e noventa e nove feridos, e, cinquenta e oito mortes, sendo que no trecho de Cambé a Apucarana, foram registrados um número aproximado de duzentos e setenta e quatro acidentes, com cento e trinta e cinco feridos e doze mortes, e, para o trecho Apucarana a Maringá, um número aproximado de duzentos e dezenove acidentes, com cento e sessenta e quatro feridos e quarenta e seis mortes. Comparando-se os números aproximados de acidentes, feridos e mortes ocorrido em todas as Rodovias asfaltadas do Estado do Paraná, e os números também aproximados, ocorridos em apenas cento e dez quilômetros de rodovia, isto não computando os acidentes, feridos e mortes, ocorridos nos trechos de estradas que pertencem ao setor urbano dos Municípios de Cambé, Arapongas, Apucarana, Jandaia do Sul, Mandaguari e Marialva, e que estão registrados nas ocorrências atendidas pelo Detran, quando os números acima mencionados, foram registrados nas ocorrências atendidas pela Polícia Rodoviária do Estado do Paraná, e que já mostra um número bastante elevado, justificando este nosso requerimento, e a solicitação de duplicação das referidas rodovias.

Por outro lado, Srs. Deputados, além que é mais grave evidentemente, desta rodovia, ter causado tantas mortes e danos materiais elevadíssimos para a economia da população daquela região, ainda é de se registrar que o trecho Londrina-Maringá, nesta faixa que poderia ser beneficiada com esta segunda pista, existem aproximadamente cem mil veículos registrados no DETRAN, cem mil, que se fôssemos multiplicar esta quantidade pelas taxas rodoviárias que se pagam anualmente, praticamente, com um ou dois anos, simplesmente teria pago todo este custo.

A necessidade da duplicação se faz realmente necessária, tanto quanto o desvio destas cidades que nós verificamos; pois nós, todos nós, que quase que semanalmente temos a oportunidade de passar dentro destas cidades, que é trecho Londrina-Maringá, principalmente, muitas vezes também somos levados, pode se dizer pelo entusiasmo, de quase todas as pessoas que por ali transitam, mas, normalmente, o que a gente pensa quando está dentro do veículo, é de que o Prefeito, os administradores daquele município, não estão agindo corretamente e nem fazendo uma boa administração.

Porque nós verificamos muitas vezes que aqueles tapa-buracos que se fazem dentro do perímetro urbano, não são necessários para suportar o tráfego tão pesado hoje que é transportado pelo centro dessa cidade, além de inúmeros acidentes, não de batidas de veículos contra veículos, mas também de pedestres, que temos dentro dessa cidade.

O Sr. Valter Pietrângelo — V. Exª permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) A Presidência alerta a V. Exª que seu tempo já esgotou e lhe concede dois minutos para concluir.

O SR. LÁZARO DUMONT — Eu transfiro os dois minutos ao Deputado Valter Pietrângelo, para que faça seu comentário.

O Sr. Valter Pietrângelo — Obrigado, nobre Deputado Lázaro Dumont.

Eu quero apenas parabenizar V. Exª que é um Deputado sempre atento e batalhador, pelos anseios de nossa agricultura.

Quanto ao problema cafeeiro, nobre Deputado, é claro que toda a cafeicultura sabe e conhece os problemas do café e sabe também das medidas que o Governo precisa adotar para dar uma solução definitiva ao setor. A cafeicultura está vivendo de declarações misteriosas do Sr. Camilo Calazans e também de atitudes casuísticas que, efetivamente, não solucionam o problema.

A cafeicultura precisa ter a tranquilidade e carece, evidentemente, de um negociador com visão capaz, com trânsito suficiente, com amizades até, para poder propor a comercialização do café brasileiro para vender o nosso café no exterior.

Toda a cafeicultura sabe, eminente Deputado, quem não sabe dos problemas do café é exatamente o Sr. Presidente do IBC, o Sr. Ministro da Fazenda, o Sr. Ministro da Agricultura. Mas queira Deus, que a água mole bata na pedra dura, e consiga furar o bloqueio, com o clamor feito por V. Exª, desta tribuna, por nós e outros parlamentares, que a voz de apelo da agricultura brasileira, da cafeicultura, possa, quem sabe desta vez, encontrar alguma ressonância na sensibilidade do nosso Presidente da República, que, como definiu o Senador Paulo Brossard, é tão autoritária, tão dogmática.

Nós acreditamos que precisamos, efetivamente, de homens que conheçam o problema do café na Direção do IBC e nos Ministérios responsáveis.

Já propusemos aqui, a substituição, em moção desta Casa, ao Presidente, requerendo a substituição do Sr. Presidente, por um homem efetivamente conhecedor da política cafeeira.

O assunto nº 2 que V. Exª propõe sobre o problema rodoviário do Norte do Paraná, é de fundamental importância. Não é possível se admitir ainda, Sr. Deputado, que, Londrina e Maringá, estejam sendo cortadas por uma rodovia com a intensidade de tráfego que tem a BR 369 e 376! Isto é um retrocesso, é até um estado de calamidade pública, é uma ofensa, que tem que merecer a repulsa da nossa região, que tem dado, ao País, uma contribuição fantástica através de tributos gerados, evidentemente, pela produção extraordinária da nossa terra.

Eu só acho, concluindo, Sr. Presidente, que deveríamos também dirigir uma moção ao Sr. Governador Jayme Canet Júnior, que jamais se pronuncia e toma partido em favor do povo, quando se trata de tentar convencer o Governo Federal, a atender os problemas paranaenses. Por que o Sr. Governador não vai ao Ministério dos Transportes, ao Sr. Presidente da República e aos outros Ministérios, levar a voz dos cafeicultores, dos agricultores, e agora não vai também exigir, do Ministério, essas obras que V. Exª solicita? De tanta e real necessidade para o Norte do Paraná? É preciso cobrar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, do Governador, a sua participação efetiva, obrigatória, junto ao Governo Central, para poder, quem sabe, sensibilizar um pouco esse Governo tão endurecido para as reclamações de legítimo interesse popular.

Muito obrigado.

O SR. LÁZARO DUMONT — Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) Consulto a Liderança da ARENA, se deseja ocupar os quinze minutos que lhe são reservados. (Declina)

A Presidência consulta a Liderança do MDB, se deseja ocupar os quinze minutos que lhe são reservados.

(Declina)

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 157/77, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade pública a "ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA BERTILLA BOSCARDIN", com sede e foro nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 159/77, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DA FLORA E DA FAUNA", com sede e foro nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 160/77, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública a "FUNDAÇÃO SANEPAR", com sede e foro nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (**Ernesto Gnoato**) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Curitiba, apelando à direção do referido estabelecimento de ensino, no sentido de que preserve o emprego da Professora e Socióloga Lígia Aparecida Cardieri Mendonça, não a afastando das aulas tendo em vista o seu envolvimento nas prisões efetuadas pela Polícia Federal. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando a transcrição nos Anais da Casa da "Nota de Repúdio" assinada pelos Diretórios Centrais dos Estudantes da PUC e UFF, publicada no jornal "O Estado do Paraná". — **Aprovado.**

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Ernesto Gnoato**) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Ernesto Gnoato**) Defiro. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se (**Pausa**); Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se.

10 Srs. Deputados aprovam; 2 Srs. Deputados rejeitam o requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 06, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 157, 159 e 160/77.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 150/77,

marcando ainda uma sessão, para sexta-feira, dia 07, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei nºs 146, 153 e 165/77.

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA
BALANÇO FINANCEIRO
PROCEDIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1977

RECEITA	DESPESAS
RENTA DE CONTRIBUIÇÃO	SEGUROS
RENTA DE TRANSFERÊNCIAS	SERVIÇOS DE TERCEIROS
RENTAS DIVERSAS	MATERIAL DE CONSUMO
RENTA DE JUROS	APOSENTADORIAS PAGAS
	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA
	SEGUROS A REPASSAR
	SALDO P/EXERCÍCIO SEGUINTE
	VALORES MOBILIÁRIOS
	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS
	CAIXA
	BANCOS
	TOTAL
1.871.501,53	149.995,40
3.248.842,45	15.159,60
11.240,77	2.012,00
3.852.668,81	1.027.951,78
	1.195.118,78
	3.487,25
2.090.000,00	3.591.180,00
3.502.498,44	4.372.612,31
99.000,00	54.813,94
4.750.405,50	10.208.945,22
	18.227.551,47
TOTAL	TOTAL
19.426.157,50	19.426.157,50

JOSÉ MUGGIATI FILHO
Tesoureiro

ARY DOS SANTOS
Contador CRC - 47 PR

JORGE SATO
Presidente

CONTA DE RESULTADO ENCERRADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 1977

DIVERSOS		RESULTADO GERAL	
A RESULTADO GERAL		A DIVERSOS	
RENTA DE JUROS		MATERIAL DE CONSUMO	
Saldo desta conta	3.852.668,81	Saldo desta conta	2.012,00
RENTA DE TRANSFERÊNCIAS		SERVIÇOS DE TERCEIROS	
Saldo desta conta	3.248.842,45	Saldo desta conta	165.155,00
RENTA DE CONTRIBUIÇÕES		APOSENTADORIAS PAGAS	
Saldo desta conta	1.871.501,53	Saldo desta conta	1.027.951,78
RENTAS DIVERSAS		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Saldo desta conta	11.240,77	Pelo resultado obtido no exercício	7.789.134,78
	8.984.253,56		8.984.253,56

JORGE SATO
Presidente

JOSÉ MUGGIATI FILHO
Tesoureiro

ARY DOS SANTOS
Contador CRC - 47 PR

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR – FEPPA
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1977

ATIVO		PASSIVO	
DISPONÍVEL		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
CAIXA	54.813,94		
BCO. EST. PARANÁ		Existente em 31/12/76	10.438.416,69
AGÊNCIA C.C.	230.622,88	Apurado neste exercício	7.789.134,78
CXA. ECONÔMICA			
C/POUPANÇA	457.190,67		
BCO. EST. PARANÁ			
C/POUPANÇA	9.521.131,67		
	10.263.759,16		
REALIZÁVEL			
EMPRÉSTIMOS			
CONCEDIDOS	4.372.612,31		
VALORES			
MOBILIÁRIOS	3.591.180,00		
	7.963.792,31		
TOTAL GERAL	18.227.551,47	TOTAL GERAL	18.227.551,47

Reconhecemos a exatidão do presente balanço somando a importância de "Dezoito milhões duzentos e vinte e sete mil quinhentos e cinquenta e um cruzeiros e quarenta e sete centavos".

JORGE SATO
Presidente

JOSÉ MUGGIATI FILHO
Tesoureiro

ARY DOS SANTOS
Contador CRC - 47 PR

RELATÓRIO DO CONTADOR

Ex. mo Sr.

DR. JORGE SATODD. Presidente do Fundo Estadual
de Previdência do Parlamentar.

Ao apresentar os **BALANÇOS** encerrados em 31 de dezembro de 1977, cabe-me como Contador deste Fundo, prestar os necessários esclarecimentos sobre tais documentos e operações neles refletidas.

BALANÇO PATRIMONIAL

O patrimônio evidenciado no Balanço em questão como se depreende da demonstração abaixo, apresenta um saldo no exercício de Cr\$ 7.789.134,78 mais o resultado do exercício anterior elevou o Patrimônio Líquido para o total de Cr\$ 18.227.551,47.

ATIVO

Disponível	10.263.759,16	
Realizável	<u>7.963.792,31</u>	18.227.551,47

PASSIVO

Do exercício anterior	<u>10.438.416,69</u>	18.227.551,47
-----------------------	----------------------	---------------

As contas mencionadas neste Balanço devem ser interpretadas como segue:

ATIVO

DISPONÍVEL: Representa os saldos de Caixa e Bancos existentes em 31 de dezembro de 1.977.

REALIZÁVEL: Representa importâncias empregadas em títulos e empréstimos concedidos a associados de acordo com o previsto na Lei n.º 6639/74 artigo 26.

PASSIVO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO: Representa o resultado obtido nos três últimos exercícios.

BALANÇO FINANCEIRO

Este Balanço tem por finalidade demonstrar o movimento do exercício, os recursos recebidos, bem como saldos disponíveis, e pode ser sintetizado como segue:

SALDO ANTERIOR	10.441.903,94
-----------------------	---------------

RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Renda de Contribuições	1.871.501,53	
Renda de Transferências	3.248.842,45	
Rendas Diversas	11.240,77	
Renda de Juros	<u>3.852.668,81</u>	8.984.253,56
		<u>19.426.157,50</u>

DESPESA**ORÇAMENTÁRIA**

Despesa de Custeio	1.195.118,78
--------------------	--------------

EXTRA ORÇAMENTÁRIA

Seguros a Repassar	<u>3.487,25</u>	1.198.606,03
--------------------	-----------------	--------------

SALDO PARA 1.978		<u>18.227.551,47</u>
-------------------------	--	----------------------

CONCLUSÕES

Quero ressaltar ainda esclarecimentos que se fazem necessários.

- I — Não houve nenhum empréstimo feito ao FEPPA por terceiros.
- II — Não houve nenhum empréstimo feito pelo FEPPA a serventário.
- III — Não foi feito nenhum financiamento ao FEPPA por terceiros.
- IV — Não foi feito nenhum financiamento pelo FEPPA a terceiros.
- V — Foram efetuados empréstimos apenas a Beneficiários de acordo com a Lei n.º 6639/74 artigo 26.
- VI — Não foram feitos auxílios e doações a Instituições Educacionais.
- VII — Não foram feitas bonificações a terceiros.
- VIII — Não houve aquisição de Bens Imóveis.
- IX — Não houve nenhuma alienação de Bens Imóveis neste exercício.
- X — Não existe nenhum serventário com saldo de numerário em seu poder.
- XI — Não existe nenhum serventário responsabilizado por falta verificada em valores e cuja guarda estivesse responsável.
- XII — Não existe nenhum serventário responsabilizado por valores a cuja guarda estivesse responsável.
- XIII — Todos os serventários responsáveis por adiantamentos fizeram sua comprovação dentro do prazo legal estabelecido nas instruções de serviço específico.
- XIV — Todas as despesas relativas aos adiantamentos tomados por serventários tiveram sua comprovação aceita pelo órgão próprio e satisfizeram todas as exigências substanciais.

Curitiba, 15 de março de 1.978

ARY DOS SANTOS

Contador CRC - 47 PR.